



VILAREALSTºANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 108/2018

DATA 10/12/18



Aprovado em sessão
ordinária de
20 Dezembro 18

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo
António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

10-12-2018

Saída/2018/6410

ASSUNTO: SUSPENSÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E ISENÇÕES DE TAXAS PREVISTOS
EM REGULAMENTOS MUNICIPAIS DURANTE A INTERVENÇÃO DO FAM

Deliberou esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2018, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal a aprovação da suspensão de todos os benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município, previstos nos regulamentos municipais em vigor, durante a vigência do Contrato Programa de Ajustamento Municipal, celebrado com o Fundo de Apoio Municipal.

Assim, junto envio a V.Exa. para efeitos de apreciação e posterior aprovação dessa Assembleia Municipal, fotocópia da deliberação.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Câmara,

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

fr



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

1. *Phragmites australis* (Cav.) Trin. ex Steud.

Aprovado em reunião
de 10 DEZ. 2018

SUSPENSÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E ISENÇÕES DE TAXAS PREVISTOS EM REGULAMENTOS MUNICIPAIS DURANTE A INTERVENÇÃO DO FAM.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Álvaro Leal, Manuel Pôla Alturas e Célia Paz, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal a aprovação da suspensão de todos os benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município, previstos nos regulamentos municipais em vigor, durante a vigência do Contrato Programa de Ajustamento Municipal, celebrado com o Fundo de Apoio Municipal, documentos que constituem parte integrante da respectiva ata.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião

de 1.º DEZ. 2018

N.º Propostas/2018/361

ASSUNTO:

Suspensão dos benefícios fiscais e isenções de taxas previstos em regulamentos municipais durante a intervenção do FAM

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Município de Vila Real de Santo António apresentou ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em 29 de agosto de 2015, uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;
- b) Através de deliberação da assembleia municipal de 20 de abril de 2016 foi aprovado o PAM, nos termos do artigo 26.º n.º 1 da lei atrás referida;
- c) No dia 11 de maio de 2016, foi celebrado entre o Município e a Comissão Executiva do FAM o Contrato Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António;
- d) Nos termos da cláusula 2.ª n.º 1 alínea e) do contrato, durante o prazo de vigência do PAM, o Município obriga-se a adotar as seguintes medidas de reequilíbrio orçamental para otimização da receita: Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município, bem como abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;
- e) O Município tem previsto na quase totalidade dos regulamentos municipais normas de isenção ou aplicação de benefícios fiscais em taxas cuja concessão é da competência do Município;
- f) Levar a cabo a revogação de todos os preceitos dos regulamentos municipais que prevejam isenções de taxas ou benefícios fiscais seria processualmente complexo, assim como, implicaria custos elevados de publicações em Diário da República das referidas revogações;
- g) O objetivo da medida contratualizada com o FAM é a otimização das receitas, pelo que, considera-se que a mesma é atingida com a aplicação de uma medida de suspensão dos efeitos das normas que preveem isenções de taxas e benefícios fiscais, a qual terá efeitos imediatos;
- h) A suspensão produzirá efeitos enquanto se mantiver a necessidade de otimização de receitas, não sendo necessária a revogação dos preceitos regulamentares em causa;
- i) Ao abrigo do artigo 25.º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da assembleia municipal aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor, pelo que, a suspensão dos efeitos de uma norma que regule benefícios fiscais ou isenção de taxas também é da competência do mesmo órgão;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Submeter a deliberação da assembleia municipal a aprovação da suspensão de todos os



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município, previstos nos regulamentos municipais em vigor, durante a vigência do Contrato Programa de Ajustamento Municipal, celebrado com o Fundo de Apoio Municipal.

Vila Real de Santo António, 4 de Dezembro de 2018

A Presidente da Câmara Municipal

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

**CONTRATO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL
DE SANTO ANTÓNIO**

Considerando que:

- A. O Município de Vila Real de Santo António (MUNICÍPIO) apresentou ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em 29 de agosto de 2015, uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (LFAM), na sua atual redação;
- B. Que tal proposta foi objeto de duas reformulações nos termos do n.º 4 do artigo 28º da LFAM em outubro do mesmo ano e em março de 2016;
- C. A proposta final de PAM foi aprovada pela Direção Executiva do FAM em 01 de abril de 2016, após audição da Comissão de Acompanhamento, nos termos da alínea c) do artigo 9º da LFAM;
- D. O MUNICÍPIO aprovou por deliberação da assembleia municipal, sob proposta do órgão executivo, na sua sessão ordinária de 20 de abril de 2016, o PAM nos termos do artigo 26º n.º 1 da LFAM,

É celebrado entre o FAM e o Município, o Contrato Programa de Ajustamento Municipal (PAM) que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

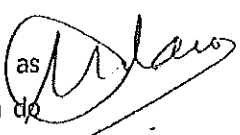
(Objetivos do PAM)

- 1. O presente PAM tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.
- 2. Para cumprimento do objetivo referido no número anterior são definidas as medidas de reequilíbrio orçamental, reestruturação e assistência financeira consideradas imprescindíveis pelas partes.

Cláusula 2ª

(Medidas de reequilíbrio orçamental)

- 1. Durante o prazo da vigência do PAM, o MUNICÍPIO obriga-se a adotar as seguintes medidas de reequilíbrio orçamental para otimização da receita:
 - a) Deliberar anualmente a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) à taxa máxima;
 - b) Deliberar anualmente lançar a derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima;
 - c) Deliberar anualmente fixar a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

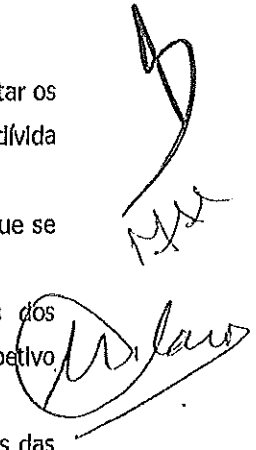
- d) Não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos no que se refere às taxas de IMI e de derrama;
 - e) Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, bem como a abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;
 - f) Fixar os preços a cobrar nos sectores do saneamento, água e resíduos  as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.
 - g) Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, aplicação de coimas, instauração de processos de execução fiscal, designadamente no que se refere à arrecadação de receita, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 1 em anexo.
 - h) Atualizar anualmente a tabela municipal de taxas e preços, respetando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades Intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente.
 - i) Utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento.
 - j) Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira.
 - k) Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando evidências de tal cumprimento.
2. Durante o prazo da vigência do PAM, o MUNICIPIO obriga-se a adotar as seguintes medidas de reequilíbrio orçamental para racionalização da despesa:
- a) Não adotar quaisquer procedimentos de recrutamento de pessoal ou celebrar quaisquer contratos de trabalho, que tenham como objetivo substituir trabalhadores que se aposentem ou se reformem, salvo prévia autorização do FAM.
 - b) Promover a racionalização da aquisição de serviços, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, de acordo com os objetivos fixados no Mapa 2.
 - c) Monitorizar os encargos variáveis ou eventuais, designadamente com trabalho suplementar, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por forma a respeitar os limites quantitativos de despesa constantes do Mapa 2 em anexo.
 - d) Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa;
 - e) Proceder ao faseamento da despesa de Investimento respetando os limites quantitativos constantes do Mapa 2 em anexo, comprometendo-se a partir do final do

- período de ajustamento a não aumentar a despesa realizada a um ritmo superior à taxa de inflação.
- f) Promover a racionalização do consumo de eletricidade, nos edifícios municipais e na iluminação pública, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.
- g) Renegociar e promover rescisões de contratos de arrendamento e aluguer, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.
- h) Racionalizar o consumo de água, nos edifícios municipais e espaços públicos, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.
- i) Renegociar dos contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.
- j) Promover a redução e racionalização das "Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos", cumprindo os objetivos de despesa com transferências e subsídios definidos no Mapa 2, bem como a apresentar uma proposta alternativa quanto à forma de atribuição dos subsídios a clubes e associações pela utilização do Complexo Desportivo de VRSA, até ao final do primeiro semestre de 2016.
- k) Implementar medidas de redução da despesa corrente e de capital, com os impactos mínimos, por ano, constantes do Mapa 3.
3. Os limites quantitativos de execução orçamental da receita e de realização da despesa, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos de vigência constam, respetivamente, dos mapas 1, 2 e 3, em anexo.
4. No caso da despesa, os limites para efeitos de aferição do cumprimento das metas quantitativas quanto à realização da despesa correspondem aos valores constantes do Mapa 2 expurgados dos pagamentos a efetuar com recurso a receita não efetiva (i.e. passivos financeiros na ótica orçamental).
5. A taxa de inflação a considerar para os efeitos previstos nos números anteriores é a constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento do Estado do ano a que diz respeito.

Cláusula 3ª

(Reestruturação Financeira)

1. Durante o prazo de vigência do PAM e com os objetivos de alterar a distribuição temporal do serviço da dívida, bem como reduzir a dívida e os seus encargos o MUNICÍPIO obriga-se a adotar as seguintes medidas de reestruturação financeira:
- a) Respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do Plano de Reestruturação da Dívida constantes do Vol. II, anexo 1 b., que deste contrato fazem parte integrante.

- b) Adotar as deliberações necessárias, no âmbito do n.º 3 do artigo 26º da LFAM e sujeitar os acordos destinados a alterar as condições atuais de empréstimos que constituam dívida pública fundada a visto prévio do Tribunal de Contas.
- c) Verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente no que se refere aos procedimentos de contratação pública;
- d) Não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa;
2. A lista dos créditos objeto de reestruturação, a identificação dos credores e os termos das alterações acordadas e designadamente, a quantificação da redução da dívida, constam do Vol. II, anexo ao presente contrato, dele fazendo parte integrante.
- 

Cláusula 4ª

(Assistência Financeira)

1. Ao abrigo do disposto no artigo 43.º, conjugado com a alínea a) do nº 1, do artº 44º da LFAM, é acordada a prestação de assistência financeira, pelo FAM ao MUNICIPIO, através da celebração de um contrato de empréstimo até ao montante de **€ 19.619.907,20 (dezanove milhões seiscentos e dezanove mil novecentos e sete euros e vinte cêntimos)**, pelo prazo de 20 (vinte) anos.
2. Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 44º da LFAM são prestadas garantias autónomas, até ao montante de **€ 28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil euros)**, visando reestruturar a dívida financeira do Município, bem como os respetivos encargos.
3. Os termos e as condições do empréstimo a conceder, bem como das condições particulares de garantia autónoma constam do respetivo contrato, anexo ao presente PAM, e do qual fazem parte integrante.

Cláusula 5ª

(Outras obrigações)

Sem prejuízo do estipulado nas cláusulas anteriores, durante o período de vigência do PAM o MUNICÍPIO, está obrigado a:

- a) Cumprir as medidas de reequilíbrio orçamental e de reestruturação da dívida constantes do PAM, com vista à diminuição programada da dívida total até ao limite legalmente admissível.
- b) Cumprir os objetivos orçamentais constantes dos mapas 1 e 2.
- c) Não acumular quaisquer pagamentos em atraso a fornecedores, a mais de noventa dias, a partir do fim do período de utilização da assistência financeira.
- d) Submeter a parecer prévio do FAM, a proposta de orçamento municipal, nos termos previstos no artigo 31.º da LFAM.

- e) Permitir a avaliação e exame trimestral do PAM, a realizar pelo FAM, estando os desembolsos adicionais dependentes de uma avaliação de condicionalidade, através da avaliação do cumprimento dos limites quantitativos e dos objetivos definidos no PAM, incluindo os limites quantitativos trimestrais para os saldos orçamentais.
- f) Facultar ao FAM todos os elementos que vierem a ser solicitados, direta ou indiretamente, para acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações estipuladas no presente contrato, nomeadamente os definidos na cláusula seguinte, através da metodologia que vier a ser definida para o efeito.
- g) Caso os limites definidos para os saldos orçamentais e para a dívida não sejam cumpridos ou se for razoavelmente expectável o seu não cumprimento, o MUNICÍPIO adotará as medidas necessárias de modo a corrigir os desvios identificados.
- h) Informar de imediato o FAM de todas as alterações relevantes da sua situação financeira, bem como a cumprir todas as obrigações decorrentes do estabelecido no artigo 29.º da LFAM.
- i) Não celebrar novos contratos de financiamento de que resulte dívida pública fundada e a não promover novas parcerias público-privadas, exceto quando previamente autorizados pelo FAM.
- j) Promover a revisão do PAM apenas nos casos expressamente previstos no n.º 2 do artigo 33.º da LFAM.
- k) Proceder à retificação imediata do reporte que efetua através do SIAL quanto à dívida total, por forma a incluir a contribuição para a dívida total de todas as participações detidas.

Cláusula 6ª
(Monitorização)

A monitorização da execução do presente contrato pelo FAM implica que o Município periodicamente lhe preste a seguinte informação:

a) Mensalmente:

- I. Dados da execução orçamental: receitas, despesas, saldo primário, saldo efetivo e saldo global;
- II. Lista de encargos assumidos e não pagos, detalhados por classificação económica e de acordo com os prazos estabelecidos na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- III. Atualização do mapa de fundos disponíveis para os 6 meses seguintes;

b) Trimestralmente:

- I. Dados para a estimativa da conta do MUNICÍPIO, em contabilidade patrimonial;
- II. Dados para a estimativa da dívida total do MUNICÍPIO, desagregada em dívida direta, financeira e comercial;
- III. Lista dos principais credores do MUNICÍPIO, relativamente aos encargos assumidos e não pagos;

- iv. Lista das dívidas por pagar há mais de 90 dias;
 - v. Demonstração quantificada dos Impactos resultantes das medidas de consolidação orçamental por comparação aos Impactos previstos no Mapa 3 Incluso neste contrato;
- c) Anualmente, dar conhecimento das comunicações legalmente necessárias, nos termos e para os efeitos previstos no PAM, quanto a Impostos e outros tributos municipais, nomeadamente a Autoridade Tributária e Aduaneira,

Cláusula 7ª
(Incumprimentos)

1. O Incumprimento do PAM constitui ilegalidade grave e facto suscetível de responsabilidade financeira, nos termos respetivamente previstos na alínea i) do artigo 9º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto e nas alíneas b), d) e f), do nº 1 do artigo 65.º da Lei n.º 98/97, de 16 agosto, ambas na sua atual redação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Incumprimento do contrato de empréstimo constitui causa suficiente de resolução, bem como para o reembolso imediato dos montantes desembolsados até à data da resolução, acrescidos dos juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento.
3. São nulas quaisquer deliberações municipais que contrariem ou condicionem os objetivos do PAM, nos termos do nº 5 do artigo 26º da LFAM.

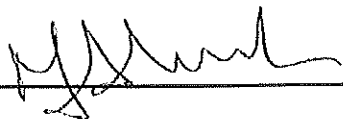
Cláusula 8ª
(Produção de efeitos e duração)

O presente contrato produz efeitos após obtenção de visto do Tribunal de Contas pelo **prazo de vinte anos**.

Feito em duas vias de igual valor, uma para cada parte, ocupando 6 folhas, contendo 3 mapas, e 4 Volumes anexos, aos 11 dias do mês de maio de 2016.

Fundo de Apoio Municipal


Município de Vila Real Santo António



(Miguel Almolda, presidente)



(Luís Gomes, presidente)



(Mandel Claro, vogal)

a) Trimestralização Receita

Descrição	2015				2016				2017				2018				2019							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20				
Realizações	21.854.458,96	24.015.647,73	5.075.641,35	5.729.950,07	4.781.273,66	23.378.044,84	0,00	2.622.422,71	6.944.283,31	5.782.254,34	4.885.533,34	28.391.851,70	0,00	2.255.045,65	6.559.372,70	5.554.022,23	4.600.012,15	13.720.032,53	-4,00	2.230.205,65	6.099.146,85	5.505.950,04	4.599.762,59	14.490.002,07
Transferências	9.438.327,47	593.320,54	3.630.002,33	3.354.677,59	2.879.589,27	3.597.182,84	0,00	555.335,55	3.652.722,00	2.159.429,03	2.908.811,59	9.890.812,77	0,00	387.852,73	3.489.062,39	3.311.755,25	2.777.232,45	2.551.846,55	-4,00	300.502,34	3.375.581,13	2.188.714,57	2.728.071,59	1.555.729,88
Impostos e taxas	394.442,00	757.062,57	757.062,57	757.062,57	757.062,57	365.357,42	0,00	77.534,24	77.534,24	77.534,24	77.534,24	210.857,35	0,00	77.534,24	77.534,24	77.534,24	77.534,24	30.557,59	0,00	79.072,38	79.072,38	79.072,38	79.072,38	337.233,51
Outras receitas correntes	529.173,00	221.542,46	221.542,46	221.542,46	221.542,46	88.155,51	0,00	229.644,25	229.644,25	229.644,25	229.644,25	91.576,59	0,00	229.644,25	229.644,25	229.644,25	229.644,25	58.385,29	0,00	229.644,25	229.644,25	229.644,25	229.644,25	593.752,80
Realizações de investimentos	445.362,00	111.974,51	111.974,51	111.974,51	111.974,51	447.488,21	0,00	112.108,38	112.108,38	112.108,38	112.108,38	447.488,21	0,00	112.108,38	112.108,38	112.108,38	112.108,38	447.488,21	0,00	112.108,38	112.108,38	112.108,38	112.108,38	433.316,58
Transferências de investimentos	3.524.155,50	874.539,59	874.539,59	874.539,59	874.539,59	3.427.428,35	-4,00	821.633,56	821.633,56	821.633,56	821.633,56	3.524.155,50	0,00	821.633,56	821.633,56	821.633,56	821.633,56	3.524.155,50	0,00	821.633,56	821.633,56	821.633,56	821.633,56	3.365.571,76
Outras receitas de investimentos	577.840,99	514.022,27	1.255.992,63	1.255.992,63	1.255.992,63	514.022,27	-4,00	519.133,64	1.257.849,99	1.257.849,99	1.257.849,99	519.133,64	0,00	519.133,64	1.257.849,99	1.257.849,99	1.257.849,99	519.133,64	0,00	519.133,64	1.257.849,99	1.257.849,99	1.257.849,99	5.953.515,57
Outras receitas correntes	639.424,50	75.642,37	75.642,37	75.642,37	75.642,37	30.354,29	-4,00	76.397,59	76.397,59	76.397,59	76.397,59	30.354,29	0,00	76.397,59	76.397,59	76.397,59	76.397,59	30.354,29	0,00	76.397,59	76.397,59	76.397,59	76.397,59	321.752,27
Realizações de capital	4.723.231,29	2.421.230,72	6.413.538,27	3.421.230,72	3.421.230,72	1.755.573,00	2,50	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.755.573,00	0,00	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.755.573,00	0,00	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.075.712,46	1.528.352,32
Transferências de capital	289.351,00	0,00	889.125,00	0,00	889.125,00	0,00	0,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	0,00	0,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	0,00	0,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	889.125,00	1.250.000,00
Outras receitas de capital	1.253.572,29	2.392.305,72	2.392.305,72	2.392.305,72	2.392.305,72	1.755.573,00	5,34	542.429,85	542.429,85	542.429,85	542.429,85	1.755.573,00	0,00	542.429,85	542.429,85	542.429,85	542.429,85	1.755.573,00	0,00	542.429,85	542.429,85	542.429,85	542.429,85	2.213.352,35
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	3.155.712,00	3.155.712,00	3.155.712,00	3.155.712,00	3.155.712,00	14.755.871,53	3,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	229.129,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	28.000,00	0,50	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	28.000,00	0,50	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	28.000,00	0,50	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	0,00
Transferências de capital	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.653.765,55	12.844.922,49	12.844.922,49	12.844.922,49	12.844.922,49	37.775.765,55	0,00	3.577.842,37	74.613,27	74.613,27	74.613,27	140.130,55	-4,25	255.550,46	680.453,90	7.255.505,55	5.553.055,55	22.729.712,90	-4,00	7.609.825,55	4.095.227,77	6.851.612,12	5.687.294,53	21.011.574,40

Handwritten signature and initials.

b) Para os 20 anos

Descrição	2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035	
	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.	Total	Vaz.
Receitas correntes	19 673 597,24	0,01	19 589 048,82	-0,01	19 751 956,22	0,01	19 593 679,00	0,01	20 125 270,67	0,01	20 314 740,93	0,01	20 595 115,57	0,01	20 898 045,39	0,01	20 884 447,14	0,01	21 081 833,67	0,01	21 290 986,90	0,01	21 487 154,85	0,01	21 695 318,75	0,01	21 909 539,27	0,01	22 107 886,51	0,01	22 107 886,51	0,01
Impostos diretos	8 811 825,35	0,01	8 788 500,21	0,01	8 856 287,25	0,01	8 949 789,00	0,01	9 084 116,60	0,01	9 124 528,16	0,01	9 257 783,35	0,01	9 307 341,79	0,01	9 401 021,20	0,01	9 485 031,40	0,01	9 589 981,79	0,01	9 685 881,35	0,01	9 782 740,36	0,01	9 889 587,77	0,01	9 979 573,44	0,01	9 979 573,44	0,01
Impostos indiretos	319 452,40	0,01	321 646,99	0,01	325 872,40	0,01	329 352,13	0,01	332 423,65	0,01	335 747,89	0,01	339 105,16	0,01	342 685,21	0,01	346 921,18	0,01	349 330,39	0,01	352 874,19	0,01	356 407,19	0,01	359 966,36	0,01	363 566,63	0,01	367 202,30	0,01	367 202,30	0,01
Taxas, multas e contribuições	941 821,56	0,01	948 343,05	0,01	955 225,30	0,01	962 100,40	0,01	969 208,28	0,01	976 510,04	0,01	983 806,53	0,01	991 238,50	0,01	998 867,11	0,01	1 005 472,07	0,01	1 009 500,00	0,01	1 013 554,52	0,01	1 017 631,00	0,01	1 021 161,09	0,01	1 025 862,08	0,01	1 029 690,94	0,01
Resultados da propriedade	452 622,45	0,00	453 982,29	0,00	455 271,28	0,00	456 512,54	0,00	457 957,21	0,00	459 335,44	0,00	460 727,34	0,00	462 133,16	0,00	463 527,75	0,00	464 945,52	0,00	466 381,54	0,00	467 836,15	0,00	469 313,35	0,00	470 786,44	0,00	472 281,55	0,00	472 281,55	0,00
Transferências correntes	3 616 000,00	0,01	3 559 921,07	-0,01	3 583 709,35	0,01	3 611 779,35	0,01	3 640 118,38	0,01	3 668 746,57	0,01	3 697 681,23	0,01	3 726 884,05	0,01	3 756 291,46	0,01	3 785 751,40	0,01	3 815 240,02	0,01	3 844 769,52	0,01	3 874 329,51	0,01	3 903 892,57	0,01	3 933 523,24	0,01	3 973 633,57	0,01
Venda de bens e serviços correntes	5 367 421,65	0,01	5 400 684,78	0,01	5 463 480,85	0,01	5 508 834,86	0,01	5 569 722,55	0,01	5 609 158,99	0,01	5 675 149,30	0,01	5 731 700,51	0,01	5 788 815,24	0,01	5 846 304,13	0,01	5 904 788,29	0,01	5 963 651,30	0,01	6 022 150,57	0,01	6 080 183,40	0,01	6 143 710,42	0,01	6 143 710,42	0,01
Outras receitas correntes	314 830,00	0,01	317 998,53	0,01	321 176,51	0,01	324 350,00	0,01	327 634,20	0,01	330 910,35	0,01	334 219,65	0,01	337 561,35	0,01	340 937,47	0,01	344 346,84	0,01	347 789,31	0,01	351 269,21	0,01	354 789,09	0,01	358 292,70	0,01	361 791,09	0,01	361 791,09	0,01
Receitas de capital	955 951,28	-0,37	882 127,57	-0,11	353 881,04	-0,58	178 871,85	-0,49	109 680,56	-0,49	102 467,17	-0,49	104 231,84	-0,49	106 194,35	-0,49	107 995,11	-0,49	109 876,07	-0,49	107 714,83	-0,49	105 602,50	-0,49	103 502,50	-0,49	101 502,50	-0,49	99 541,09	-0,49	99 541,09	-0,49
Venda de bens e investimentos	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49	500 000,00	-0,49
Transferências de capital	455 951,28	0,57	382 127,57	-0,22	353 881,04	0,00	178 871,85	0,00	109 680,56	-0,49	102 467,17	0,00	104 231,84	0,00	106 194,35	0,00	107 995,11	0,00	109 876,07	0,00	107 714,83	0,00	105 602,50	0,00	103 502,50	0,00	101 502,50	0,00	99 541,09	0,00	99 541,09	0,00
Ações em investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisionamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Respostas a obrigações pagáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total receitas	20 627 519,52	-0,01	20 470 599,38	-0,01	20 705 487,25	-0,01	20 115 544,85	-0,01	20 365 921,23	0,00	20 497 215,10	0,01	20 594 415,51	0,01	20 885 551,74	0,01	21 022 662,25	0,01	21 081 763,69	0,01	21 482 770,93	0,01	21 683 847,08	0,01	21 890 953,25	0,01	21 898 225,07	0,01	22 307 382,17	0,01	22 307 382,17	0,01

1988
P. J. L. L.

Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Despesa corrente	15 642 457,25	15 301 988,57	15 532 288,85	15 379 082,28	15 236 152,08	15 093 200,55	14 972 988,98	14 852 824,72	14 734 244,51	14 612 891,50	14 494 155,76	14 375 619,57	14 257 823,79	14 139 028,59	14 021 001,57	13 972 086,09
Despesa com o pessoal	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55	7 122 301,55
Aquisição de bens e serviços	5 242 206,98	5 232 576,65	5 170 885,35	5 075 276,69	5 179 591,85	5 084 051,36	5 188 555,86	5 093 104,41	5 197 698,94	5 202 339,42	5 207 055,30	5 211 760,65	5 216 541,15	5 221 370,85	5 226 247,74	5 231 073,20
Juros e outros encargos	1 869 515,30	1 741 823,34	1 616 912,19	1 481 854,97	1 337 084,51	1 191 973,53	1 069 289,96	946 577,81	825 179,44	700 857,49	578 850,77	456 639,28	335 410,57	212 816,94	90 804,88	37 652,45
Jornais e diários públicos	1 849 657,40	1 721 742,24	1 596 831,09	1 461 853,87	1 317 083,81	1 171 852,43	1 049 208,76	926 496,71	805 088,34	680 895,39	558 769,67	436 738,15	315 337,77	192 785,24	70 772,78	17 971,35
Transferências correntes	950 446,32	950 446,32	950 446,32	950 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32	1 150 446,32
Sobornos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	457 894,00	454 940,72	451 923,84	449 222,75	446 727,26	444 478,87	442 315,81	440 361,94	438 618,27	437 017,02	435 570,82	434 277,57	433 115,91	432 094,25	431 211,59	430 482,58
Despesa de capital	4 980 989,60	4 989 404,26	4 776 604,18	4 652 565,46	4 218 217,97	4 104 135,20	4 104 890,41	4 105 590,31	4 106 233,19	4 097 624,11	4 088 217,08	4 088 217,08	4 088 217,08	4 088 217,08	2 655 383,62	1 118 367,97
Aquisição de bens de capital	248 989,39	392 426,51	183 697,25	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63	166 239,63
Transferências de capital	44 846,16	44 846,16	44 846,16	67 112,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alíquotas Financeiras	116 743,00	116 743,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	4 550 471,05	4 546 330,12	4 548 057,47	4 419 213,94	4 051 976,34	3 997 896,57	3 993 568,76	3 993 289,28	3 993 996,56	3 991 444,46	3 991 977,45	3 991 977,45	3 991 977,45	3 991 977,45	2 489 143,94	962 329,34
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas	20 623 405,55	20 401 392,84	20 088 590,23	19 831 646,74	19 454 370,05	19 197 357,85	19 077 717,31	18 958 221,63	18 840 483,70	18 720 675,90	18 592 422,84	18 463 885,55	18 345 649,57	18 227 745,58	18 109 365,29	17 999 574,06
Saldo	24 062,57	18 776,55	16 827,03	288 855,11	851 551,15	1 299 878,07	1 612 681,20	1 597 230,71	2 242 158,55	2 571 033,79	2 990 558,09	3 322 010,07	3 544 973,38	4 000 122,59	5 669 982,08	7 725 794,11

Mapa 3: Medidas de consolidação orçamental

Medidas de Reequilíbrio Orçamental Receita (Impacto face ao ano imediatamente anterior)	2015	2016	2017	2018	2019	Prato
Impostos (aplicação taxas máximas)	443 482	77 803	78 881	79 367	80 160	
Aplicação de taxas máximas						
IMI	299 201	76 280	77 043	77 813	78 591	Desde 01-01-2013
Derrama	24 573	1 523	1 538	1 554	1 569	Desde 01-01-2013
Participação IRS	125 706	0	0	0	0	Desde 01-01-2010
Revogação de benefícios e fiscais e isenções	1 712	0	0	0	0	Segundo semestre 2015
Novos preços, taxas, derramas, outros a cobrar						Após atualização do regulamento de Taxas, inicialmente prevista para final 2015. A partir de 2016
Fixação de preços ERSAR ⁴⁾	0	0	0	0	0	
Património Municipal						
Alíquota de Património ⁵⁾	-8 074	1 496 224	1 988 420	-1 514 996	-1 000 000	Concursos lançados em 2015
Serviços a concessionar, cedas de exploração						
Atividade empresarial local e Participações locais						
Reestruturação, alienação ou concessão						
ganhos decorrentes de internalização						
melhoria dos resultados operacionais						
Ganhos pela melhoria dos processos de controlo da cobrança e aplicação de coimas	-10 338	854	892	931	971	Aprovar regulamento de execuções em 2016.
Outras medidas						
Total	431 071	1 574 831	2 067 893	-1 434 629	-918 839	1 720 278

a) O impacto da medida não está projectado na execução uma vez que ainda se aguarda a parecer da ERSAR, no âmbito da concessão prevista.

b) Por parte do Município não considerou no apuramento do resultado de receita em 2016 face a 2015 o valor de execução do ano de 2015 mas antes o valor de variação desse mesmo ano face a 2014 (-8.074€)

c) o que determina a apresentação nos mapas de um valor diferente do aqui estimado.

Medidas de Reequilíbrio Orçamental Despesa (Impacto face ao ano imediatamente anterior)	2015	2016	2017	2018	2019	Prato
Despesa corrente	-1 713 647	5 179 045	-3 505 886	-3 144 869	-473 106	
Consumos Intermediários						
Reduções dos Fornecimentos e Serviços Externos	-2 875 563	3 032 441	-2 450 335	-1 804 263	-16 860	Elaboração de plano detalhado em 2015.
Reestruturações de serviços / estruturas						
Medidas adicionais						
Parcerias Público Privadas						
Renegociação das condições						
Outras						
Subsídios e transferências	552 228	2 658 479	-1 143 719	-1 334 307	-456 233	A partir de 2016.
Outras medidas de redução de despesa corrente ⁴⁾	149 697	-571 875	-271 833	-5 299	-6 012	Acordos cedência pessoal em 2016; concursos de concessão lançados em 2015.
Despesa de capital	218 190	-55 925	-342 448	-263 462	-58 431	Desde 2016, limitação do valor do investimento.
Redução do investimento	218 190	-55 925	-342 448	-263 233	-68 182	
Total	-1 555 457	5 123 121	-4 248 334	-3 408 331	-577 516	-1 666 538

a) Consideram-se as "outras despesas correntes" e as despesas com pessoal.

